



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS  
Curso de Bacharelado em Direito

**THAIS MAGALHÃES MACIEL**

**APLICAÇÃO DO *NE BIS IN IDEM* EM ESFERAS JURÍDICAS DISTINTAS: A  
COISA JULGADA *VERSUS* A SOBERANIA**

**BRASÍLIA**

**2019**

**THAIS MAGALHÃES MACIEL**

**APLICAÇÃO DO *NE BIS IN IDEM* EM ESFERAS JURÍDICAS DISTINTAS: A  
COISA JULGADA *VERSUS* A SOBERANIA**

Artigo Científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/ Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Marcus Vinicius Reis Bastos

**BRASÍLIA**

**2019**

**THAIS MAGALHÃES MACIEL**

**APLICAÇÃO DO *NE BIS IN IDEM* EM ESFERAS JURÍDICAS DISTINTAS: A  
COISA JULGADA *VERSUS* A SOBERANIA**

Artigo Científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/ Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Marcus Vinicius Reis Bastos

BRASÍLIA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**Professor Marcus Vinicius Reis Bastos (Orientador)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

# **APLICAÇÃO DO *NE BIS IN IDEM* EM ESFERAS JURÍDICAS DISTINTAS: A COISA JULGADA *VERSUS* A SOBERANIA**

Thais Magalhães Maciel

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto a vedação à dupla incriminação, consagrada pelo postulado do *ne bis in idem*. O objetivo é investigar se a coisa julgada internacional poderá obstar uma nova persecução penal pelo Estado brasileiro. O método utilizado consiste em uma breve digressão acerca da soberania à luz da garantia constitucional da coisa julgada, bem como a análise da jurisprudência comparada sobre o tema. Conclui que, na ordem jurídica brasileira, vigora a proteção ao postulado do *ne bis in idem* em face da soberania, razão pela qual não caberá ao Estado instaurar nova persecução penal ou aplicar nova pena, ainda que a coisa julgada tenha se operado em esferas jurídicas distintas.

Palavras- chave: Direito penal. Direito Processual Penal. Direito internacional público. Persecução penal. Coisa julgada. *Ne bis in idem*. Soberania. Crimes transnacionais.

## **INTRODUÇÃO**

O crime e a responsabilização penal não são fenômenos contemporâneos, os conceitos experimentaram diversas acepções ao longo da história. A humanidade, em quase a sua totalidade, conheceu a ocorrência de delitos. Modernamente, um novo fator influi na questão, a transnacionalização.

Transnacionais são, por definição, aqueles delitos que ocorrem em diferentes espaços nacionais, despertando uma grande celeuma: a possibilidade de instauração de diferentes processos criminais, por mais de um Estado, para apurar os mesmos fatos. Nessa conjuntura, dois valores se mostram contrapostos. A vedação a uma dupla incriminação pelos Estados, garantia assegurada em diversos tratados internacionais, *versus* a soberania, aptidão que tem os Estados para aplicar a resposta penal, sem imposições externas.

No Brasil, em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça, ao confrontar-se com a matéria, firmou o entendimento de que se um crime foi praticado no território pátrio, caberá ao Estado brasileiro exercer a sua jurisdição, independentemente da concorrência com os demais países<sup>1</sup>. Assim, mitigou a garantia constitucional. O caso, no entanto, se sujeitará à análise à luz da Constituição da República pelo Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup>.

Com efeito, ante a relevância do tema, este trabalho se centrará na avaliação acerca da aplicação do postulado do *ne bis in idem* em esferas jurídicas soberanas distintas. Investiga-se a possibilidade de uma nova persecução penal pelo Estado brasileiro, quando já existente uma coisa julgada penal no estrangeiro, seja absolutória, seja condenatória. Em outras palavras, a eficácia da coisa julgada internacional no Brasil.

Para tanto, se traçará um breve histórico sobre a persecução penal, perpassando a fase da justiça privada até os termos atuais de cooperação jurídica internacional. Ademais, serão analisados os dois valores em conflito: a soberania e da coisa julgada, bem como os precedentes estrangeiros que já trabalharam o assunto. Por fim, haverá uma excursão aos dispositivos normativos brasileiros capazes de elucidar a questão.

---

<sup>1</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RHC 78.684/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 08/02/2019.

<sup>2</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 171.118/SP. Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, pendente de julgamento.

## 1. DA JUSTIÇA PRIVADA À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A tarefa daquele que busca traçar a história do Direito será sempre demasiadamente difícil, sujeitando-se quase sempre ao erro. É que a história é essencialmente equívoca, no sentido de que não pode ser resumida a um discurso absoluto e estrutural, nem poderá ser tida pelo caráter absolutamente singular e fatual (RICOUEUR apud LOPES, 2011, p. 4). Ademais, a história não ocorre de maneira linear. À vista disso, um alerta, não se pretende esgotar a evolução do crime e da persecução penal com este trabalho, mas tão somente um breve traçado.

Antes, no entanto, é essencial que se tenha em mente um conceito ainda que básico do que vem a ser o crime. Em um sentido geral, o termo representa uma ofensa aos interesses e valores do corpo social, sob ameaça de pena (BITENCOURT, 2019, p. 289), ou uma lesão a bens individuais, coletivos ou difusos (PRADO; CARVALHO; CARVALHO, 2015, p. 202). Em sentido lato, portanto, a palavra crime designa hoje um comportamento, seja positivo, seja negativo, que ofende o corpo social.

Durante grande parte da história, a humanidade desconheceu a pena de privação de liberdade como resposta ao crime, da forma como hoje se conhece (BITENCOURT, 2019, p. 590). Inicialmente e ao longo de um grande período, a resposta às ofensas incumbia tão somente àquele tido como ofendido. Se, portanto, alguém se sentisse lesado por alguma conduta, caberia a este dar resolução à agressão.

Este período restou conhecido como fase da vingança privada (OLIVEIRA FILHO; PRADO, 2018, p.64). A essa altura, vigorava a *luta do homem contra o homem* (FIGUEIREDO, 1971, p. 116) e a fase mais primitiva da resolução de controvérsias entre os indivíduos:

A fase inicial foi a vingança privada, na infância da humanidade, em que não havia código de leis e sim hábitos e costumes. É o período da defesa instintiva do indivíduo e do grupo humano, em face dos que violavam as suas condições existenciais (FIGUEIREDO, 1971, p. 116).

Dois fatores, no entanto, levaram este sistema ao fracasso. O primeiro é a ascensão das diferenças entre as classes sociais e econômicas, que estabeleceram relações de poder (FIGUEIREDO, 1971, p. 118). Assim, os homens, cansados de viverem em meio a temores e ameaças contra si, gradualmente passaram a ceder

uma parcela de sua liberdade à vida em comunidade (BECCARIA, 1999, p. 27) e o interesse coletivo triunfa sobre o particular.

Foi na cidade de Atenas, no mundo Antigo, que, segundo registros históricos, o fenômeno primeiro se operou. Na polis Grega, os crimes tidos como públicos passaram a se sujeitar ao julgamento por grandes tribunais, com dezenas ou centenas de membros eleitos por um grande conselho (LOPES, 2011, p. 23). Ultrapassa-se a ideia de uma justiça privada para alcançar o período da justiça pública. É o transcurso entre as máximas “tem razão quem vence” e “vence quem tem razão” (BOBBIO, 1999, p. 96-97).

A mudança, entretanto, não ocorre de maneira contínua ou equânime. Há relatos de comunidades que enfrentaram diversas outras formas de resolução de controvérsias, como, por exemplo, a vingança divina. Nessa conjuntura, o crime assume o conceito de um ato passível de desagrado às manifestações divinas e a sua punição representa a isenção da comunidade à eventuais represálias (BITENCOURT, 2019, p. 84).

É certo que, aos poucos, esses *elementos de afinidade* e conexão entre os homens originam o Estado (ACCIOLY; SILVA, CASELLA, 2012). E, à medida em que o Estado vai se afirmando, este invoca para si o poder de ditar soluções para esses conflitos (CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, 2014, p. 43). A par disso, pena e Estado se tornam conceitos intimamente relacionados (BITENCOURT, 2019, p. 142). De uma maneira geral, portanto, embora cada comunidade tenha experimentado modelos diversos de enfrentamento das controvérsias, hoje, quase todas vivenciam um semelhante modelo de tentativa de pacificação dos conflitos, figurada pelo Estado:

Hoje, se entre duas pessoas ou grupos de pessoas há um conflito, caracterizado por uma das causas de insatisfação descritas acima (resistência de outrem ou veto jurídico à satisfação voluntária), em princípio o direito impõem que, se quiser pôr um fim a essa situação, o sujeito trate de chamar o Estado-juiz (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 41-42).

Assim, um terceiro imparcial representando o Estado será invocado para que, de modo imperativo, harmonize as situações por meio de decisões (DIDIER JR, 2016, p. 155). Decorre disso uma série de garantias aos litigantes, já que não se pode perder

de vista que o Estado se vincula aos deveres de respeito e proteção do indivíduo contra ofensas e humilhações (MENDES; BRANCO, 2017, p. 400-401).

O panorama moderno revela também uma considerável alteração na forma como o fenômeno da criminalidade se opera. A crescente indústria e produção ultrapassam as fronteiras nacionais e as estruturas sociais favorecem as conexões entre pessoas e coisas. Esse fenômeno reverbera sobre a persecução penal, já que surgem novos delitos e o crime, antes um fenômeno local ou regional, ganha proporções mundiais (LESSA, 2009, p.26).

Afirma-se, assim, que a globalização é um importante fenômeno de ressignificação de conceitos clássicos relacionados ao direito criminal, um fator catalisador de um processo de transnacionalização do crime e um desafio à persecução penal (GALÍCIA, 2018, p. 36). Graças a esse fenômeno e ao crescente movimento de pessoas, bens e serviços, uma substância entorpecente pode, por exemplo, ser produzida na Bolívia, adquirida por um grupo no Brasil e remetida para a Espanha.

Na hipótese suscitada, ao menos três países foram ofendidos pelas condutas supostamente criminosas de tráfico de drogas. Estes são os denominados crimes transnacionais, nomenclatura que indica um comportamento que viola distintos ordenamentos jurídicos nacionais (GALÍCIA, 2018, p. 47). Com efeito, o fenômeno que já enfrentou a resposta privada, a vingança pública e o teor divino, hoje alcança um aspecto global.

Ocorre que a produção probatória desses delitos não poderia ser feita apenas por um Estado sem inconvenientes aos demais. É com esse espírito que surge a cooperação, como um instrumento por meio do qual os Estados possam solicitar ações de outros Estados (BRASIL, 2014, p.07). Sem embargo, isto não anula o poder soberano de ditar os conflitos.

É certo que os Estados continuam responsáveis pela harmonização das pretensões, o que traz consigo uma grande problemática: a cooperação não obsta a possibilidade de múltiplas persecuções penais por Estados distintos quando estes forem competentes. Discute-se, a partir do exposto, se, no contexto de crimes transnacionais, a manifestação de um Estado sobre um fenômeno criminoso vincula os demais.



Em outras palavras, em havendo uma sentença no estrangeiro que verse sobre os mesmos fatos criminosos, este primeiro pronunciamento poderá obstar uma nova persecução penal por um outro país? A problemática é um tanto quanto melindrosa, acompanhando a complexidade das relações sociais. Só no ano de 2013, a Organização das Nações Unidas estimou que o crime organizado internacional movimentou cerca de US\$ 870 bilhões de dólares (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013).

A preocupação com esse contexto levou as Nações Unidas a editar uma série de dispositivos que estimulassem a cooperação entre os Estados, como forma de acesso à justiça, a título de exemplo têm-se a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, bem como levou ao desenvolvimento de políticas de enfrentamento em *rede* da criminalidade (GALÍCIA, 2018, p. 43). É, portanto, neste cenário que reside a controvérsia do presente trabalho. Superado este breve traçado, retoma-se o principal objetivo que é, em síntese, a análise sobre a possibilidade de uma nova persecução penal pelo Estado brasileiro, quando já existente a coisa julgada internacional.

## **2. A COISA JULGADA E O NE BIS IN IDEM**

Hoje, conforme já consignado, as partes entregam os seus conflitos ao Estado. Este decide sobre as pretensões através de um instrumento denominado processo (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p.45). Em linhas gerais, o fim desse processo ocorre com um *provimento declaratório* denominado sentença (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 336).

A sentença, conforme lição de Silva, nada mais é senão uma solução, dada por uma autoridade, às questões que lhe foram submetidas (SILVA, 2001, p. 745). É uma resposta as pretensões formuladas pelas partes, um provimento que determina a regra especial aplicável a caso em concreto (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p.336).

Via de regra, é um ato que extingue o processo (BADARÓ, 2016, p.531). Poderá, contudo, se sujeitar à impugnação por aquele que se sinta de alguma forma prejudicado. De qualquer sorte, é certo que, na busca pela não perpetuação de

incertezas e instabilidades, restará um momento em que essa manifestação estatal não será mais objeto de impugnações e reformas, tornando-se imutável. A esse fenômeno denomina-se trânsito em julgado. Diz-se, que a sentença fez coisa julgada.

A coisa julgada, que emana da *vestuta regra* (GUSMÃO, 1922, p.8), é um dos institutos jurídicos mais antigos. Data-se a sua existência ao menos desde a Lei das Doze Tábuas (GUSMÃO, 1922, p.8). Seu conceito, por uma herança clássica, não raras vezes, assume o mesmo sentido que o da sentença, embora se distingam.

Há uma razão lógica. Inicialmente, conforme no ensina Liebman, o único efeito da sentença era a coisa julgada (LIEBMAN, 1984). O único efeito da decisão proferida era estabilizar o conflito em questão. Segundo o autor, foi tão somente a partir de Justiniano que a distinção se operou.

Essa expressão [coisa julgada], assaz abstrata, não pode e não é de referir-se a um efeito autônomo que possa estar de qualquer modo sozinho; indica, pelo contrário, a força, a maneira com que certos efeitos se produzem, isto é, uma qualidade ou modo de ser deles. O mesmo se pode dizer das diversas palavras por que se procura explicar a fórmula legislativa tradicional: imutabilidade, definitividade, intangibilidade, incontestabilidade, termos que exprimem, todos eles, uma propriedade, uma qualidade particular, um atributo do objeto a que se referem, porque são, por si sós, expressões vazias, privadas de conteúdo e de sentido. A linguagem induziu-nos, portanto, inconscientemente, à descoberta desta verdade: que a autoridade da coisa julgada não é o efeito da sentença, mas uma qualidade, um modo de ser e de manifestar-se dos seus efeitos (LIEBMAN, 1984, p. 1984).

Fala-se, portanto, que a coisa julgada é uma qualidade [autoridade] que reveste a sentença, qualidade essa que consiste na imutabilidade do conteúdo do comando sentencial (TALAMINI, 2005, p.30). É um atributo de definitividade que reveste a sentença, mas não se confunde com esse *provimento declaratório* às pretensões das partes. De igual modo, dispõe o Código de Processo Civil Brasileiro de 2015 ao aduzir que a coisa julgada é a autoridade que torna imutável uma decisão:

Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

O dispositivo, para além de conceituar a coisa julgada, tentou trazer uma distinção. É que o Estado, mediante as pretensões formuladas pelas partes poderá

exercer duas grandes espécies de decisões definitivas. Poderá decidir sobre o mérito da pretensão ou apenas se manifestar sobre questões meramente processuais (NUCCI, 2016). Poderá consignar que alguém é culpado ou inocente por tal e qual comportamento – adentrando a análise do mérito – ou tão somente dizer que a pretensão punitiva se encontra prescrita – questão meramente processual.

Na primeira hipótese, quando a imutabilidade reveste uma decisão que enfrenta o mérito das pretensões, haverá a formação da coisa julgada material. Quando não houver manifestação acerca do mérito, mas tão somente a preclusão das vias impugnativas, seja pelo transcurso de um prazo, seja pelo esgotamento das vias recursais, ter-se-á a coisa julgada meramente formal (BADARÓ, 2016, p. 551).

De mais a mais, ambas as espécies se diferenciam também com relação aos seus efeitos. É que a coisa julgada formal, por não enfrentar o mérito da pretensão, torna imutável a sentença tão somente naquele mesmo processo (BADARÓ, 2016, p. 551). Já a coisa julgada material, que extingue o processo com julgamento de mérito, projeta os seus efeitos para além (BADARÓ, 2016, p. 511), logo, a situação da vida ali discutida se torna imutável não apenas no mesmo processo, mas em quaisquer outros.

Há quem diga inclusive que a denominação coisa julgada formal possui um caráter equívoco, conquanto apenas revele uma preclusão impugnativa naquele mesmo processo, sem impedir a rediscussão da matéria (NERY JR; NERY, 2004, p. 856). Nada obstante, se diverge de tal posicionamento, conquanto o comando emergido naquele processo, em que pese não tenha enfrentado o mérito, se torna imutável e inalterável.

Superada essa distinção inicial, é de se ressaltar que o instituto encontra positividade não apenas na legislação infraconstitucional. Conforme disciplina o artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal Brasileira, a lei não poderá prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

De antemão, o dispositivo parece tratar tão somente de uma garantia de proteção da coisa julgada quando da irretroatividade das leis (TALAMINI, 2005, p. 51). Contudo, hoje a coisa julgada assume o caráter de uma dupla garantia. É, por um lado, uma garantia que confere estabilidade (segurança) à tutela jurisdicional obtida

e, por outro, a garantia institucional que prestigia a eficiência e a não repetição da atividade jurisdicional sobre um mesmo objeto (TALAMINI, 2005, p. 51-52).

Com efeito, para além de ter como valor inegável a liberdade e a segurança nas relações jurídicas e sociais (MAIA, 2005, p. 53), trata-se de uma garantia que impede que voltem a ser questionados os feitos já estabelecidos:

A coisa julgada é um instituto nitidamente processual que tem por finalidade estender os efeitos da sentença permanentemente para o futuro, dotando-os de atributos como a imutabilidade, definitividade e intangibilidade de situações jurídicas cristalizadas em processos transitados em julgado (SABOYA, 2006, p. 104).

Sendo um elemento imunizador dos efeitos que a sentença projeta para fora do processo e sobre a via exterior dos litigantes, sua utilidade consiste em assegurar estabilidade a esses feitos, impedindo que voltem a ser questionados depois de definitivamente estabelecidos por sentença não mais sujeita a recurso (DINAMARCO, 2004, p. 221).

A rigor, a ideia de uma proibição de revisitação as questões já decididas é muito clara, afinal:

Que seria, com efeito, da liberdade individual e da segurança dos cidadãos, si as acusações e os processos criminaes pelo mesmo facto delictuoso e contra a mesma pessoa podessem repetir-se e renovar-se indefinidamente, sem um termo estavel e definitivo? (GUSMÃO, 1922, p. 75).

Numa sociedade em que tal ocorresse, o processo e a jurisdição não cumpririam o seu fim último que é a estabilização dos conflitos e pretensões das partes e haveria a vulneração à dignidade da pessoa humana, ao passo que, na vertente criminal, os cidadãos seriam submetidos ao constante receio de uma nova punição ou análise de fatos já transcorridos (MAIA, 2005, p. 53).

Logo, a coisa julgada existe enquanto garantia de segurança prática às relações, já que inviabiliza a reiterada revisitação a uma relação de direito já decidida (GUSMÃO, 1922, p.8). O que não desassiste à justiça, já que esta poderá ser buscada até quando se permita o reexame do ato (TALAMINI, 2005, p. 47).

Por certo, no mesmo sentido caminha o postulado denominado *ne bis in idem*. Este é, em verdade, uma concretização da coisa julgada. De nomenclatura latina, o enunciado nada mais significa senão que o mesmo [*idem*], não deverá ser repetido [*ne bis*] (MAIA, 2005, p. 27). Ambos conferem segurança à tutela jurisdicional obtida

e podem ser tidos pela seguinte máxima: a existência de uma manifestação estatal anterior constitui impedimento a um novo julgamento ou condenação (MAIA, 2005, p. 29). Daí porque possível afirmar que o *ne bis in idem* possui assento constitucional, embora não se tenha menção expressa a nomenclatura.

É que o 5º, inciso XXXVI, da Constituição, que tutela a coisa julgada, insculpe a base substancial do *ne bis in idem* (MASCARENHAS, 2009, p.3). Perfilhando tal entendimento, Tigre Maia consigna serem inegáveis as relações de aproximação entre a proibição de uma dupla incriminação e o direito fundamental à intangibilidade da coisa julgada, assegurado pela Constituição Federal:

Consoante a vertente da qual se cogite – bis in idem formal ou bis in idem material –, em graus diferenciados, são inegáveis as relações de aproximação entre o princípio estudado e certos direitos fundamentais catalogados pela Constituição Federal de 1988, em especial, respectivamente, com os princípios da intangibilidade da coisa julgada (art. 5º, XXXVI) e o da legalidade ou da reserva legal (art. 5º, XXXIX). (MAIA, 2005, p.70)

Extrai-se, portanto, da intangibilidade da coisa julgada à vedação constitucional a uma dupla incriminação. De mais a mais, o princípio também estaria acima das leis infraconstitucionais por uma segunda razão: no plano internacional, dois grandes tratados ratificados pelo Brasil asseguram a garantia. São eles o Pacto de São José da Costa Rica sobre Direitos Humanos (1969), em seu artigo 8º, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), em seu artigo 14:

#### **Artigo 8 – Garantias judiciais**

4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

#### **Artigo 14**

7. Ninguém poderá ser processado ou punido por um delito pelo qual já foi absorvido ou condenado por sentença passada em julgado, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país.

De início, não reinou entendimento acerca do *status* que os pactos assumiram ao serem internalizados pelo Brasil, para tão somente após dizer-se que estes possuem eficácia supralegal. É que, a partir da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 passou-se a admitir que os dispositivos internacionais que versem sobre direitos

humanos tenham caráter equivalente à emendas constitucionais no Brasil, integrando o bloco de constitucionalidade, desde que aprovados no mesmo rito das emendas.

As convenções, contudo, por serem anteriores à Emenda, não observaram os requisitos de aprovação para integrar o bloco de constitucionalidade. A *posteriori*, convencionou-se dizer que esses diplomas internacionais sobre direitos humanos, que não observaram a reserva constitucional de aprovação prevista no art. 5º, §3º, possuem um lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, mas acima da legislação interna<sup>3</sup>.

Como ideia geral, a dupla manifestação por duas justiças penais distintas é vedada tanto no âmbito constitucional como supralegal. Resta saber esta vedação aplica-se ao caso de estas duas justiças penais distintas serem países soberanos. Há quem defenda que, neste caso, a vedação não se aplicaria, que a coisa julgada internacional não obstará a dupla incriminação (MAIA, 2005, p. 37).

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça, no RHC nº 78.684/SP<sup>4</sup>, consignou que se o crime foi em alguma medida cometido no país, incidirá a lei brasileira sem prejuízo de quaisquer outras. Afastou, portanto, a existência da coisa julgada internacional sob o argumento de que eventual pena cumprida no estrangeiro, em decorrência nos mesmos fatos, atenuaria a pena aplicável no Brasil.

*In casu*, a defesa apontava o suposto constrangimento ilegal na instauração de uma nova persecução penal pelo Estado brasileiro, porquanto o paciente já havia respondido pelos mesmos fatos na Suíça, tendo a sentença condenatória transitado em julgado e ocorrido a extinção da pena pelo seu cumprimento. As teses defensivas, no entanto, restaram afastadas pelo Superior Tribunal e, conforme já antecipados, a matéria pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal<sup>5</sup>.

É mister notar que o texto constitucional, ao tratar da coisa julgada, não faz distinção entre os *provimentos declaratórios* – as sentenças – nacionais e estrangeiros. Com efeito, se subsume que as características de imutabilidade,

---

<sup>3</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC nº 88.240, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, julgado em 07/10/2008, DJe de 24/10/2008.

<sup>4</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RHC 78.684/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 08/02/2019.

<sup>5</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 171.118/SP. Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, pendente de julgamento.

definitividade e intangibilidade das situações jurídicas cristalizadas valham para todos os processos transitados em julgado.

Partindo dessas premissas, afigura-se impossível a dupla persecução penal pelo Estado brasileiro quando houver uma sentença versando sobre os mesmos fatos, seja ela nacional, seja ela estrangeira, sob pena de vulneração à liberdade e à segurança das relações jurídicas. Tal solução, no entanto, não abarca um outro valor em embate: a soberania.

### **3. A SOBERANIA VERSUS O NE BIS IN IDEM**

Nas palavras de REALE, a “soberania é o poder que tem uma Nação de organizar-se livremente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões para a realização do bem comum” (REALE, 2000, p. 140).

Em outras palavras, representa a aptidão de um Estado para impor dentro de um território as suas leis e executá-las, sem um poder que lhe seja superior ou o subordine:

Atributo fundamental do Estado, a soberania o faz titular de competências que, precisamente porque existe uma ordem jurídica internacional, não são ilimitadas; mas nenhuma outra entidade as possui superiores (REZEK, 2011, p. 259).

Para Telles Júnior, a soberania é um poder incontestável, é o direito contra o qual não há direitos, podendo o Estado decidir em última instância dentro dos limites das suas competências nacionais (TELLES JUNIOR, 2001, p. 118). Por outro lado, há quem defenda que o conceito hoje sofre uma releitura a partir dos compromissos que os Estados assumem internacionalmente.

Defendem os últimos que há hoje uma certa restrição em relação a esse poder ilimitado, em face do reconhecimento da personalidade dos indivíduos e do Direito Internacional (MAZZUOLI, 2002, p. 170), o que não implica a total sujeição de competências.

Os Estados continuam detentores do poder de manifestação da jurisdição, já conceituada como a capacidade de decidir imperativamente sobre as pretensões tencionadas e impor decisões (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 165). Aqui reside a proposição que contrapõe-se à vedação a uma dupla incriminação. Ora,

se o Estado é detentor do poder soberano, este não poderá ver obstado o exercício da jurisdição quando vislumbrar uma ofensa a suas imposições.

Com efeito, a existência de uma coisa julgada anterior, pelos mesmos fatos, não obstará uma nova persecução penal. De maneira muito análoga, recentemente, no caso *Gamble v. United States*<sup>6</sup>, a Suprema Corte Americana consignou que o ato que ofende a mais de poder poderá ser punido por mais de uma vez, sem violar a coisa julgada e o *ne bis in idem*.

O precedente partiu de um caso em que um acusado restou condenado pelo Estado do Alabama pelo delito de posse de arma de fogo. Posteriormente, foi indiciado, pelos mesmos fatos, no âmbito da Justiça Federal. Com efeito, o réu invocou, em matéria de defesa, a violação a Quinta Emenda Constitucional e ao direito consuetudinário internacional de não ser condenado duas vezes (*ne bis in idem*).

A Corte Americana, no entanto, ao se debruçar sobre a questão, entendeu, por maioria, que se uma conduta representa duas ofensas a poderes distintos, incidem sobre ela as duas normas penais cabíveis. Deste modo, privilegiou a soberania ao dizer que os sucessivos processos – estaduais e federais – não colocariam em risco os direitos e garantias individuais de vedação à dupla incriminação, conquanto existissem duas ofensas sujeitas ao poder jurisdicional.

A par do exposto, é importante destacar o entendimento que restou vencido. O segundo posicionamento firmado no julgamento, ilustrado pelas manifestações de Ginsburg e Gorsuch, consagram que uma sociedade livre não permite que o seu governo tente, o mesmo indivíduo, pelo mesmo crime, até que esteja feliz com o resultado.

Gorsuch, ademais, ressaltou a disparidade que resultaria o fato de os Estados sujeitarem duplamente um cidadão à persecução penal. Segundo o magistrado, tal possibilidade revelaria uma grande problemática:

Você foi sim condenado à prisão por porte de arma de fogo. E não se preocupe – o Estado poderá processá-lo novamente. Um promotor federal poderá mandá-lo para a prisão, novamente, exatamente pela mesma coisa. Além do mais, esse segundo promotor poderá trabalhar de maneira cooperativa com o mesmo promotor que já foi atrás de

---

<sup>6</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS, *Gamble v. United States* (17-646,587 U. S.), julgado em 17.06.2019. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/opinions/18pdf/17-646\\_d18e.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/18pdf/17-646_d18e.pdf). Acesso em: 01.10.2019.



você. Eles poderão compartilhar evidências e discutir técnicas que funcionaram ou não para o seu caso<sup>7</sup>.

No mesmo sentido da divergência se firma a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia. Em caso também recente<sup>8</sup>, o órgão jurisdicional foi suscitado a responder se, no que diz respeito a coisa julgada penal, a apreciação da prescrição de um procedimento criminal por um tribunal de um Estado vincula os tribunais dos demais países, quando os fatos forem idênticos.

Na hipótese, uma empresa constituída na Espanha, comercializava azeite tanto no país, quanto no estrangeiro. Ocorre que, a comercialização era concebida a partir de um complexo sistema de faturas falsas. Pelos fatos, instaurou-se um procedimento criminal em Portugal e a Justiça Portuguesa reconheceu a prescrição dos fatos.

Posteriormente, na Espanha, foi também instaurado um processo-crime. Neste segundo procedimento se alegou em matéria de defesa, essencialmente, que os fatos já teriam sido julgados por Portugal, assim, não poderiam ser novamente enfrentados pela Justiça Espanhola.

Deliberando sobre a matéria, a Corte Europeia, reconheceu que o *bis in idem* se aplica para ordens jurídicas distintas. Mas, ressaltando precedentes anteriores, consignou que a ocorrência do princípio se submete a quatro condições: (a) que tenha havido análise do mérito, (b) que em ambos os casos seja o mesmo infrator e (c) que haja identidade nos fatos, por fim, (d) que o interesse ou bem jurídico a ser protegido seja o mesmo.

Quanto ao primeiro requisito, é tão somente quando há uma decisão de mérito, uma apreciação substantiva, que se pode dizer que o indivíduo foi efetivamente colocado em risco, entendeu a Corte. Por conseguinte, a coisa julgada meramente formal não poderia obstar uma nova persecução penal por outro Estado.

---

<sup>7</sup> No texto original: “Yes, you were sentenced to state prison for being a felon in possession of a firearm. And don’t worry — the State can’t prosecute you again. But a federal prosecutor can send you to prison again for exactly the same thing. What’s more, that federal prosecutor may work hand-in-hand with the same state prosecutor who already went after you. They can share evidence and discuss what worked and what didn’t the first time around” (Gamble v. United States, 2019, p.6).

<sup>8</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, Processo contra Giuseppe Francesco Gasparini e outros (C-467/04), julgado em 28.09.2006. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?language=en&num=C-467/04>. Acesso em: 01.10.2019.

Por óbvio, deve haver a identidade do autor. Quanto a identidade dos fatos, esta é entendida como a existência de um conjunto de circunstâncias concretas ligadas entre si. Por fim, no que diz respeito a unidade de interesse, é essencial que, em ambos os casos, a conduta tenha ofendido o mesmo interesse.

Logo, se no caso da comercialização do azeite a Justiça Portuguesa tivesse efetivamente adentrado ao mérito, isto obstaria a jurisdição espanhola. Como, contudo, a primeira Corte apenas reconheceu a prescrição, sem adentrar o mérito da imputação, não há óbices à uma outra persecução.

Em um segundo precedente<sup>9</sup>, o Tribunal Europeu foi indagado se o princípio do *ne bis in idem* se aplicaria também a ordens jurídicas distintas quando, no primeiro processo, ocorressem transações judiciais propostas pelo Ministério Público. O a Corte respondeu em sentido afirmativo, consignando que se a ação fica definitivamente extinta, a pessoa será considerada definitivamente julgada em relação aos fatos em que é acusada. Novamente, reconheceu a aplicação da coisa julgada à ordens jurídicas distintas em face da soberania.

Esse conflito de valores também chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, com caso Loayza Tamayo v. Peru<sup>10</sup>. O Tribunal, na ocasião, foi ao encontro da Corte Europeia e sustentou a supremacia da vedação a dupla incriminação em face da soberania. É que, ao tempo em que o Peru vivia uma crise constitucional, Loayza Tamayo fora detida, julgada e absolvida pelo delito de traição à pátria pela Corte Especial da Marinha peruana.

Sem embargos, tempos depois, voltou a ser julgada pelos mesmos fatos, agora sob a denominação de terrorismo, no Conselho Especial de Guerra. Alegou a acusada a exceção à coisa julgada e a violação ao *ne bis in idem*. Nada obstante, o Tribunal sin Rostro del Fuero Común del Perú não acolheu o seu pleito, mantendo a sua condenação em 20 anos de privação de liberdade.

---

<sup>9</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, Processo contra Huseyin Gozutok e outros (C-187/01), julgado em 11.02.2003. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=48044&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=2274829>. Acesso em: 01.10.2019.

<sup>10</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Loayza Tamayo vs. Perú, julgado em 17.09.1997. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_33\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_33_esp.pdf). Acesso em: 01.10.2019.

A controvérsia chegou à Corte Interamericana, que considerou obviamente estarem restringidos os direitos fundamentais que integram o devido processo, em razão do duplo ajuizamento das ações em esferas distintas. O Tribunal Interamericano considerou que o Estado do Peru violou, assim, o disposto no artigo 8.4. do Pacto de São José da Costa Rica sobre Direitos Humanos.

A partir dos apontamentos feitos, conclui-se que existem duas respostas a questão que objetiva solucionar através deste trabalho. A primeira, a teoria da dupla ofensa, aduz que sempre que um comportamento representar uma ofensa a um poder soberano, caberá o exercício da jurisdição, sem qualquer violação às garantias individuais.

Com efeito, o mesmo comportamento poderá ensejar duas ou mais responsabilizações penais em Estados distintos, em decorrência da multiplicidade de ofensas a ordens jurídicas distintas e soberanas. Este é o entendimento firmado pela Suprema Corte Norte-Americana.

O segundo posicionamento, que vigora nas Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, reconhece a força vinculante da coisa julgada e da garantia do *ne bis in idem* ainda que a primeira manifestação inicial tenha sido proferida por uma ordem jurídica distinta. Resta saber, portanto, qual das teorias se adequa ao arcabouço jurídico penal brasileiro.

#### **4. EFICÁCIA NO BRASIL**

Conforme preceitua o artigo 6º do Código Penal Brasileiro de 1940, aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. Assim, se um crime ocorreu, em todo, ou em parte, no Brasil, bem como produziu resultados em seu território, isso atrai a jurisdição penal brasileira.

O dispositivo, no entanto, observa duas exceções. Em primeiro lugar, as disposições em contrário que tenham sido tratadas por normas de direito internacional (MIRABETE, 2014, p. 57). Ademais, o mesmo Código, em seu artigo 7º, traz hipóteses

em que, excepcionalmente, a lei penal brasileira alcançará fatos não ocorrido no território nacional, é a denominada extraterritorialidade da lei penal.

A primeira análise a ser feita é com relação à exceção existente no próprio dispositivo. Extrai-se que a jurisdição será atraída tão somente quando não existirem disposições em contrário, tratadas em normas de caráter internacional. Assim, considerando a proteção ostensiva dada pelo Pacto de São José da Costa Rica sobre Direitos Humanos (1969) e pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos ao *ne bis in idem*, o poder soberano estaria afastado quando cristalizada a coisa julgada.

De mais a mais, pela própria sistemática interpretativa, não haveria a hipótese de uma dupla incriminação. É que a garantia de vedação à uma dupla incriminação tem assento constitucional e, como tal, somente poderia ser mitigada pela própria Constituição e não por lei infraconstitucional, como o Código Penal. Na pior das hipóteses teria *status* supralegal e, ainda assim, subsistiria esta subsistiria à legislação infra.

Partindo de tais premissas, evidencia-se que a teoria que mais se amolda ao ordenamento jurídico brasileiro, à luz da hermenêutica constitucional e do Código Penal, é a que assegura ao indivíduo que este não será processado e condenado novamente quando houver uma coisa julgada que enfrenta o mérito no estrangeiro, seja ela condenatória, seja absolutória.

Há de se respeitar, no entanto, os requisitos de configuração da coisa julgada. Conforme já apontado, quando a imutabilidade revestir uma decisão que enfrenta o mérito das pretensões, haverá a formação da coisa julgada material. Do contrário, quando não houver manifestação acerca do mérito, mas tão somente a preclusão das vias impugnativas, seja pelo transcurso de um prazo, seja pelo esgotamento das vias recursais, a coisa julgada será meramente formal (BADARÓ, 2016, p. 551).

Tão somente na primeira hipótese é que a coisa julgada projetará os seus efeitos, tornando a coisa indiscutível em quaisquer outros processos. Quando, no entanto, houver a incidência da coisa julgada formal, a matéria poderá ser objeto de novos processos. Com efeito, é mister que a primeira manifestação de julgamento tenha efetivamente enfrentado o mérito para obstar a persecução pelo Brasil.

A par do exposto, a teoria que mais se adequa ao ordenamento jurídico brasileiro é a já adotada pela Corte Europeia de Direitos Humanos. É inegável que o indivíduo é sujeito de direitos, inclusive sob a perspectiva internacional (PIOVENSA, 2010, p. 7-9) e a realidade é que da sua perspectiva não importa se tal ou qual Estado viola suas garantias, mas a este importa que estas sejam preservadas. Por fim, uma repetida tentativa de condenar um indivíduo por uma ofensa, sujeitando-o a constrangimento por dois países distintos, despesas e provações, tão somente o obriga a conviver em um estado contínuo de ansiedade e insegurança e aumenta a possibilidade de que mesmo que seja inocente, seja considerado culpado.

## **5. CONCLUSÃO**

À guisa de conclusão, diz-se que o fenômeno criminoso experimentou e ainda experimentará diversos processos ao longo do tempo, sempre impondo desafios àqueles que dele cuidam. Cabe ao jurista, no entanto, desejando contribuir para a persecução penal de modo que não resulte a total incapacidade de processar e aplicar penas, observar esse fenômeno de maneira crítica, sem abandonar os direitos e garantias fundamentais que alicerçam o Estado.

No que diz respeito ao objetivo ora apresentado, a avaliação acerca da possibilidade de uma nova persecução penal pelo Estado brasileiro, quando já existente uma coisa julgada penal no estrangeiro, seja absolutória, seja condenatória, observa-se que a resposta que melhor consagra o ordenamento jurídico brasileiro, bem como os novos parâmetros de Direito Internacional, é a que impõe a supremacia da vedação à dupla incriminação sobre a soberania dos Estados.

Um porque, por disposição expressa, a aplicação da lei brasileira se sujeita ao disposto nos tratados internacionais e o Brasil se comprometeu internacionalmente com a vedação a dupla incriminação. Dois porque, ainda que não o fosse, a coisa julgada é uma garantia constitucional, que não pode ser limitada por legislação infraconstitucional. Ademais, a Constituição não fez diferenciação entre a coisa julgada interna ou internacional, apenas inserindo a garantia dentre o rol de direitos fundamentais dos indivíduos.

Em terceiro lugar, por ser medida que estabelece estabilidade e segurança às relações jurídicas, bem como garantia de eficiência e justiça, que poderá ser buscada enquanto não tenha havido o fenômeno da coisa julgada. Por todo exposto, observados os requisitos da coisa julgada material internacional, não há que se falar em uma dupla incriminação.

## REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de direito internacional público*. 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias do poder em crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 592 de julho de 1992. Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em: 08 de out de 2019.
- BRASIL. Decreto nº 678 de novembro 1992. Convenção interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 08 de out de 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.105 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm). Acesso em: 08 de out de 2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Cooperação jurídica internacional em matéria penal*. Brasília: 2014.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 2014.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Loayza Tamayo vs. Perú, julgado em 17.09.1997. Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_33\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_33_esp.pdf). Acesso em: 01.10.2019.

DIDIER JR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. Salvador: JusPodivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2004.

FIGUEIREDO, Sara Ramos. Pena, conceito, origem e evolução. *Revista de informação legislativa*. v. 8, n. 29, p. 115-120, 1971.

GALÍCIA, Caíque Ribeiro. Crime e globalização: reflexões sobre crimes transnacionais e a cooperação jurídica internacional na contemporaneidade. *Revista eletrônica de direito processual*. v. 19, n.1, p. 35-61, 2018.

GUSMÃO, Manoel Aureliano. *Coisa julgada: no cível, no crime e no direito internacional*. 2 ed. São Paulo: Livraria acadêmica, 1922.

LESSA, Luiz Fernando Voss. *A assistência direta e a persecução penal transnacional*. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

LIEBMAN, Enrrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história*. São Paulo: Atlas, 2011.

MASCARENHAS, Marcella Alves. O princípio do “*ne bis in idem*” nos âmbitos material e processual sob o ponto de vista do direito penal interno. *Revista direito da UNIGRAN-RIO*. v. 2, n. 2, 2009).

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. *Revista de informação legislativa*. Brasília: a. 39, n. 156, p. 169-177, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2017.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal: parte geral, arts. 1º a 120 do CP*. São Paulo: Atlas, 2014.

NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.



OLIVEIRA FILHO, Ney Menezes, PRADO, Alessandra R. Mascarenhas. O problema da vingança privada (autotutela): entre o minimalismo garantista e o abolicionismo radical. *Revista de criminologia e política criminal*. v. 4, n. 1, p. 61-81, 2018.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de direito penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015.

REALE, Miguel. *Teoria do direito e do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SABOYA, Keity Mara Ferreira de Souza e. *Ne bis in idem: limites jurídico-constitucionais à persecução penal*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SILVA, De Plácido. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 171.118/SP. Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, pendente de julgamento.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PSV nº 54, Rel. Min. Presidente Ricardo Lewandowski, julgado em 24/09/2015, DJe de 05/10/2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RHC 78.684/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 08/02/2019.

TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e a sua revisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *Iniciação a ciência do direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, Processo contra Huseyin Gozutok e outros (C-187/01), julgado em 11.02.2003. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=48044&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=2274829>. Acesso em: 01.10.2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, Processo contra Giuseppe Francesco Gasparini e outros (C-467/04), julgado em 28.09.2006. Disponível em:

<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?language=en&num=C-467/04>. Acesso em: 01.10.2019.

MAIA, Carlos Rodolfo Fonseca. O princípio do *ne bis in idem* e a Constituição brasileira de 1988. *Boletim científico ESMPU*. n. 16, p. 11-75, 2005.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional comemora 10 anos. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/10/16-un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html>. Disponível em: 16 de out de 2013. Acesso em: 01 de out 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Marcus Bastos, pela terna solicitude e comprometimento nos estudos do direito penal. Aos meus queridos pais, Pedro e Kátia, pelo sacrifício contínuo e pela imensurável compreensão. Ao meu querido João, que transforma os meus dias mais soturnos em rotinas leves. Aos mais caros irmãos que esta vida poderia me dar: Antonio Miguel Grossi e Yasmin Salles, pelo constante auxílio e suporte ao longo da graduação e da vida. Aos que contribuíram de alguma forma para que este trabalho fosse possível: Ícaro Monteiro, Bruna Montenegro, Caio Nava, João M. Aguiar, Lana Gabriela, Gabriela Reis, Paulo Ricardo, Thainá Leite, Costa Barros advogados e Machado de Almeida Castro e Orzari advogados.